

O TERRITÓRIO MÉDIO-ARAGUAIA: O DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO

Marcello Rodrigues Siqueira *

1. INTRODUÇÃO

De certa forma, esta pesquisa pode ser entendida como o desdobramento de uma investigação anterior. Trata-se de uma tese de doutorado intitulada de *A dimensão política do desenvolvimento do município brasileiro de Goiás-Go (1937-2001)* na qual investigou-se o processo de inserção deste município no Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho. Assim, grande parte das discussões teórico-metodológicas já foram feitas anteriormente. Mas, desde o início de 2015, estão sendo aqui aplicadas à luz de novo objeto de investigação: O Território Rural Médio Araguaia. (Cf. SIQUEIRA, 2014).

Conforme Echeverri (2010, p. 88) foi a partir das resoluções do CONDRAF que a SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) foi criada, em 2004, na estrutura do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), com a função de formular e fomentar estratégias de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar, sob a orientação do enfoque territorial.

No Brasil, os Territórios de Identidade e os Territórios Rurais foram responsáveis por inaugurar de forma oficial a promoção de políticas públicas com viés territorial e os Territórios da Cidadania significaram a consolidação da introdução dessa nova abordagem de desenvolvimento (CARVALHO, 2012).

Como parte desse processo, os Territórios de Identidade corresponderam à primeira fase de estruturação da estratégia de desenvolvimento territorial rural, que fundamentalmente buscou selecionar as delimitações territoriais, por meio de critérios de identidade, microrregionais e acordos políticos entre agentes locais, estaduais e nacionais, que mais tarde encaminhou a criação do programa Territórios Rurais, em 2003.

* Professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás, Campus Iporá (UEG-Iporá). Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) junto ao Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mails: marcelloueg@hotmail.com ou marcello@ueg.br

Foi neste contexto que se deu a criação do “Território Oeste Rio Vermelho”, no ano de 2003, possuindo inicialmente trinta (30) municípios. Em 2004 passou para trinta e três (33). Mas, em 2006 foi dividido, dando origem ao Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho e ao Território Rural Médio Araguaia, sendo que aquele ficou com dezesseis (16) municípios e este com dezessete (17). De acordo com Slepicka (2009), esta divisão foi feita alegando-se na época, entre outros motivos, a falta de identidade e o excessivo número de municípios para se trabalhar com os poucos recursos financeiros.

Mas, entre os anos de 2007 e 2008 o Território Rural Médio Araguaia teve a inclusão de Ivolândia e Aragarças, passando para dezenove (19) municípios. A média no Brasil é de 16 municípios por Território. Depois, com a inclusão dos municípios de Caiapônia e Palestina de Goiás o Território ficou com vinte e um (21) municípios, ou seja, 31% acima da média brasileira e 80% acima das médias dos outros territórios do Estado de Goiás (Cf. SLEPICKA, 2009).

Além disso, Carvalho (2012, p. 121) informa que em 2008 o programa Territórios da Cidadania inaugurou 60 territórios e em 2009 incluiu mais 60 Territórios Rurais, somando 120. Em 2014, contando os 44 Territórios Rurais ainda existentes, somam-se 164 territórios existentes no Brasil. Entretanto, desde 2010 não foram criados novos Territórios da Cidadania, mesmo existindo pré-territórios ou projetos de subdivisão de territórios esperando a sua oficialização. Entender por que o Território Rural Médio Araguaia não se converteu em Território da Cidadania é um dos principais problemas desta pesquisa.

Atualmente, os municípios que compõem o Território Médio Araguaia são: Amarinópolis, Aragarças, Arenópolis, Aurilândia, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Caiapônia, Diorama, Doverlândia, Fazenda Nova, Iporá, Israelândia, Ivolândia, Jaupaci, Jussara, Moiporá, Montes Claros de Goiás, Novo Brasil, Palestina, Piranhas e Santa Fé de Goiás. Possui uma área total de 25.128,10 km², representando 7,39% do território goiano. Com o objetivo de compreender a história do Território Médio Araguaia, sobretudo, o seu papel para o desenvolvimento dos municípios que o compõem serão observados aspectos limitantes ou impulsionadores do desenvolvimento e dos processos de gestão social no marco da política em questão.

2. DESENVOLVIMENTO

No Estado de Goiás, a delimitação inicial desses territórios ocorreu sob orientação do comitê gestor estadual e da SDT, com base em instâncias já estabelecidas e contou com a aprovação consultiva das entidades organizadas locais. Contudo, é importante destacar que a noção de território de identidade deve ser utilizada com cuidado, pois as identidades não são fixas e podem ser transformadas como resultado das mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas promovidas por processos de desenvolvimento que venham a ser implementados nos territórios.

Nesse sentido, o conceito de território de identidade pode ser um bom ponto de partida para a escolha dos territórios que serão incluídos num programa de intervenção governamental – na medida em que aparentemente reforçam a possibilidade de construção coletiva tanto da proposta de desenvolvimento territorial como de sua gestão – mas a partir daí as identidades predominantes devem ser relativizadas, pois essa pode ser uma das consequências dos processos sociais desencadeados (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007: 22).

Para os referidos autores, esses Territórios Rurais transformaram a oferta geral e incerta de políticas federais em um ambiente com maior atenção e relevância no que se refere às ações públicas. Os mesmos, em geral, adquiriram maior reconhecimento público e aprofundaram a formulação teórico-metodológica sobre o papel dos territórios e da abordagem territorial na busca pelo desenvolvimento.

De forma mais objetiva o programa Territórios Rurais nasceu com a intenção de dinamizar as localidades mais empobrecidas, apoiando e incentivando a organização dos sujeitos locais e o fortalecimento institucional por meio da gestão participativa. Por meio dessa metodologia, o programa visa subsidiar o atendimento às necessidades básicas da população e a geração de novas possibilidades de trabalho e renda. Por conta disso, os territórios foram implantados em áreas economicamente mais deprimidas, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior, com maior número de agricultores familiares, assentados, quilombos e povos indígenas, priorizando as populações rurais historicamente alijadas das políticas de desenvolvimento.

Segundo o MDA (2010), os territórios são formados por um conjunto de municípios aparentemente com a mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica. São definidos pela SDT como um espaço físico,

[...] geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2010: 28).

Para o MDA (2010), os territórios demonstram de forma mais nítida a realidade de grupos sociais, de atividades econômicas e instituições locais, facilitando o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento das regiões, servindo como unidade de dinamização das políticas públicas ao lado da participação social. Desta forma a abordagem territorial, que fundamentou a implantação dos Territórios Rurais

[...] combina a proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade própria, que fornece uma sólida base para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces para o capital social (MDA, 2010: 24).

Além disso, o enfoque territorial concebido pelo MDA (2003) pretende superar os limites antepostos pela visão setorial centrada na agricultura familiar e na reforma agrária, buscando estabelecer um caráter integral e multissetorial, que ultrapasse a dimensão econômico-produtiva, envolvendo outras esferas da vida social.

Nesse sentido, em conformidade com a abordagem territorial, as concepções de desenvolvimento adotadas pelas políticas governamentais, principalmente as federais e dirigidas ao campo, passam a valorizar o empoderamento das populações sobre seus espaços. Reconhecendo a necessidade da conquista dos territórios, e não apenas da terra, ou do acesso ao mercado, ou dos direitos básicos, é necessário estar no comando, gestando e projetando a realidade que se deseja. Esses são os principais elementos que diferenciaram o Plano Nacional

de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS) apresentado em 2002, e o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) de 2006.

O PTDRS, mesmo sem deixar de tratar das questões econômicas e estruturais que são centrais, como a reforma agrária, estrutura-se, sobretudo, sobre quatro pilares sociais: a) Fortalecimento das redes sociais de cooperação; b) Dinamização econômica nos territórios; c) Articulação de políticas públicas; e d) Fortalecimento da gestão social. Enquanto isso, o PNDRS prioriza apenas questões econômico-produtivas como acesso à terra, diversificação econômica, fortalecimento da agricultura familiar e formação educacional rural.

Portanto, percebe-se que os projetos articulados à visão territorial desejam humanizar a intervenção estatal e o processo de desenvolvimento. A formação dos Territórios Rurais converge nesse sentido e vem buscando se realizar, especialmente, por meio da execução do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), o qual também compreende, atualmente, o programa Territórios da Cidadania.

Com efeito, o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), também conhecido como Territórios Rurais de Identidade, está no cerne da formação da própria SDT, ocorrida em 2003, durante o início do primeiro governo Lula. Este programa passou a operar de forma regulamentada em julho de 2005, quando obteve sua chancela formal por intermédio da Portaria n.º 5, de 18/07/2005. Esta portaria, emitida pela SDT, reconhece a seleção, alteração e administração de territórios rurais e garante suporte legal para os Territórios da Cidadania (TC), programa adicional que começou a ser efetivamente executado em 2008 (DELGADO; LEITE, 2011: 432-433).

Para os Territórios Rurais o PRONAT/PROINF² correspondem ao principal instrumento de sustentação. Entretanto, o programa Territórios da Cidadania, criado em 2008, compreende diversas outras ações como Bolsa Família, Benefício da Pessoa com Deficiência, Benefício da Pessoa Idosa, Programa de Aceleração do Crescimento, Luz para Todos, políticas de saúde e de educação, entre outras.

A oferta de mais políticas e mais recursos fez com que a maioria dos Territórios Rurais passasse a integrar os Territórios da Cidadania. De acordo com Carvalho (2012) essa

² O PRONAT funciona centralmente com os recursos destinados pelo Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF). O PROINF serve de apoio a projetos que visam estruturar as organizações, entidades, associações ou cooperativas e também planos de serviços aos territórios, disponibilizando recursos não reembolsáveis, que objetivam mobilizar as comunidades e subsidiar as ações territoriais.

mudança significou um avanço importante porque permitiu ampliar o âmbito das ações e aumentar as possibilidades de recursos dos territórios. Enquanto os Territórios Rurais restringem-se às ações do MDA, os Territórios da Cidadania estenderam as relações com os outros ministérios e o diálogo com entidades e organizações urbanas.

Não foram todos os territórios que tiveram a oportunidade ou a necessidade de viver essa mudança, somente os selecionados pela SDT, que optou por aqueles que se encontravam mais carentes da atenção das políticas públicas. Mesmo assim, a evolução dos Territórios Rurais em Territórios da Cidadania significou um avanço importante (CARVALHO, 2012: 112).

Conforme Delgado e Leite (2011) são diversos os desafios que a política de desenvolvimento territorial enfrenta no Brasil.

Ainda que algumas experiências do Pronat tenham sido bem sucedidas, e outras do Programa Territórios da Cidadania estejam em curso, são numerosos os casos em que os resultados têm sido modestos e reduzidos: em vários territórios os fóruns ou colegiados não se fazem representativos de todos os segmentos sociais da agricultura familiar local ou, ainda, os colegiados, em lugar de representarem espaços propícios à participação ampliada, figuram muito mais como estruturas impostas por determinadas políticas públicas para que os atores locais acessem recursos federais. Dessa forma, esses espaços não raro acabam excluindo de sua dinâmica os segmentos menos articulados e mais carentes, reproduzindo a mesma estrutura preexistente de poder local e privilegiando alguns segmentos em detrimento de outros. Ainda são recorrentes os casos em que a abordagem de “desenvolvimento” sugerida limita-se, em sua maioria, a projetos setoriais e produtivos, excluindo de sua formulação a articulação da agricultura familiar com outros importantes segmentos sociais (DELGADO; LEITE, 2011: 465).

Enfim, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA) é executada, desde 2003, a política de desenvolvimento rural com enfoque territorial. Um dos seus principais objetivos é o fortalecimento da gestão social nos territórios rurais. Durante esses doze anos o MDA por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) tem enfrentado diferentes desafios de ordem institucional e operativa para avançar nesse objetivo, somados aos desafios que a abordagem territorial apresenta para o meio rural.

Mesmo assim, considera-se que as ações fundamentadas pelo enfoque territorial, possuem um diferencial, pois visam fortalecer as organizações populares. A partir disso, as entidades representativas da sociedade civil têm a opção de satisfazer-se com a ampliação de

direitos amortecendo as lutas sociais ou utilizar-se dessas oportunidades para criar circunstâncias que intensifiquem as manifestações e mobilizações populares, pela conquista de melhores condições de vida. Ao selecionar a última alternativa, as organizações territoriais tem a possibilidade de, tensionado o Estado e a sociedade, fundamentar a elaboração de diferentes perspectivas de desenvolvimento.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Com o objetivo de compreender a história do Território Médio Araguaia, sobretudo, o seu papel para o desenvolvimento dos municípios que o compõem serão observados aspectos limitantes ou impulsionadores do desenvolvimento e dos processos de gestão social no marco da política em questão.

Como suporte teórico recorreu-se a teoria do desenvolvimento econômico local que integra o território como principal variável e agente promotor do desenvolvimento, combinando elementos do institucionalismo e da gestão territorial local, no caso não apenas a gestão municipal, mas com ênfase na gestão social. O institucionalismo político centra atenção no papel das instituições, dentre as quais se destaca a administração pública municipal, como agente do desenvolvimento por meio de políticas, estratégias e alianças. Esse tipo de abordagem permite enxergar a emergência de um dado fenômeno, no caso o desenvolvimento econômico local, e apontar o papel determinante da dimensão política (COCCO, 1996: 39).

Para tanto, optou-se por uma pesquisa de avaliação (evaluation research) ex post ou somativa visando trabalhar com impactos e processos concentrando-se, sobretudo, na eficácia e no julgamento de valor geral.

A metodologia proposta de avaliação de impactos ex post apresenta-se composta pelas seguintes etapas: 1) Coleta e análise de dados primários e secundários; 2) Identificação de grupos focais (grupos de pessoas diretamente atingidos em suas atividades); 3) Aplicação de entrevistas temáticas para coleta de dados primários; 4) Análise de agrupamento; 5) Elaboração de indicadores; 6) Aplicação de metodologias de valoração de impactos políticos, econômicos e socioambientais.

Por meio de entrevistas semiestruturadas busca-se abordar os seguintes temas: 1) Administração Pública; 2) Demografia; 3) Infraestrutura; 4) Mercado de trabalho e economia local; 5) Mercado Imobiliário; 6) Oferta de serviços públicos; 7) Organização da sociedade civil; 8) Qualidade de vida.

As entrevistas serão precedidas por um momento preparatório no qual os colaboradores serão esclarecidos sobre os objetivos do projeto e a dimensão de sua participação, bem como as condições de utilização dos depoimentos fornecidos, depois de trabalhados e transformados em documento escrito. Uma filmadora Sony HDR-TD 20 Full HD 3D e uma máquina fotográfica Canon EOS 5D Mark II objetiva EF 24-105 mm f/4L IS USM serão utilizados como material de registro.

A elaboração e utilização de questões preestabelecidas permitirão que a narrativa se concentre na temática central e os detalhes da vida pessoal do entrevistado sejam considerados à medida que se vincularem ao assunto proposto (MEIHY, 1998: 41-42).

No que toca à imagem fotográfica, uma série de dados mostraram-se bastante reveladores e extremamente poderosos para descrever ou dar conta de uma dada realidade. Por outro lado, sabe-se que apesar de sua aparente credibilidade, nelas também podem ocorrer omissões intencionais, acréscimos e manipulações de toda ordem (Cf. KOSSOY, 2001: 153-154).

Em relação aos conflitos, os indicadores são as ferramentas que podem auxiliar a compreender e mensurar o nível de dependência de setores da população em relação a determinadas atividades econômicas e culturais e podem ser um “termômetro” da possibilidade de conflitos e ações na justiça. Conforme recomendam Veleza e Elenbecker (2001), os critérios para a seleção dos indicadores serão os seguintes: Disponibilidade e confiabilidade das fontes de informação; Existência de dados estatísticos; Representação dos componentes e a importância setorial regional e local; Abordagem holística, que integre e inclua aspectos qualitativos e quantitativos.

A base operacional/metodológica está fundamentada em levantamentos de dados secundários obtidos junto ao IBGE, PNUD, SEPLAN/SEPIN/Gerência de Estatísticas Socioeconômicas, Central de Consultoria e Negócios (CNN) do SEBRAE-GO, Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT) Médio Araguaia, ESTADO DE GOIÁS, FATAEG, INCRA, IPHAN, IPT/CEMPRE, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Secretaria de

Estado da Fazenda, Prefeituras e órgãos municipais, SEGPLAN, Sistema de Gestão Estratégica (SGE), Relação Anual de Informações Sociais – (RAIS) e outros.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES ESPERADOS E/OU ALCANÇADOS

Conforme Sen (2000) a concepção mais adequada do desenvolvimento deve ir além da simples acumulação de riquezas e do crescimento do Produto Interno Bruto, relacionando-se diretamente com qualidade de vida da população local e com suas liberdades. Portanto, acredita-se que a satisfação das necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento.

Mas, para que isto seja possível, depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico, desde que esse crescimento reflita os princípios amplos da sustentabilidade e da não exploração dos outros. Por isso, o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades.

Em relação ao Território Médio Araguaia, todos os municípios tem base produtiva rural; em todos, há uma presença significativa de agricultores familiares, tradicionais ou de assentamentos de reforma agrária. Portanto, não por acaso que “os representantes do Território pleiteiam uma atenção maior dos gestores municipais à agricultura familiar por que o setor apresenta potencialidades até então pouco percebidas e valorizadas no processo de desenvolvimento dos municípios e da região” (OESTE GOIANO, 2014)

O Médio Araguaia tem vocação para a produção de alimentos diversificados para o mercado local e até nacional. Uma grande potencialidade que passa pela agricultura familiar. Com vistas ao pleno desenvolvimento, e não apenas ao crescimento econômico, os representantes do Território Médio Araguaia tem investido numa série de ações e conquistas territoriais. Entre os principais desafios, reivindicam maior participação e compromisso dos diversos atores envolvidos.

Aliás, desde que este projeto teve início, fevereiro de 2015, buscou-se conhecer o trabalho e as atividades dos diversos atores sociais que compõem o Território Rural Médio

Araguaia por meio do acompanhamento e análise de suas reuniões. Em todas elas, um ponto tem sido constantemente afirmado e reafirmado: a necessidade de participação e comprometimento dos prefeitos, representantes da agricultura familiar e demais seguimentos sociais envolvidos com o Território. De forma geral, foi possível observar que grande parte dos representantes dos municípios que fazem parte do Território não tem comparecido nas reuniões.

Em reunião do colegiado territorial realizada no município de Iporá-Go, no dia 27 de março de 2015 na sede Universidade Estadual de Goiás, a pauta principal foi o II Encontro da Agricultura Familiar do Território Médio Araguaia, tendo em vista o sucesso do primeiro encontro que se realizou na cidade de Bom Jardim de Goiás nos dias 28 e 29 de maio de 2014. Nesta reunião, houve indicação do município de Caiapônia-Go para sediar o novo evento que deverá contar também com uma feira ou mostra dos principais produtos do Território. A expectativa dos organizadores para 2015 é reunir cooperativas e associações que estejam desenvolvendo ações de produção ou comercialização de forma coletiva. A proposta é debater os desafios do setor buscando alternativas viáveis a partir das políticas públicas disponíveis para impulsionar a agricultura familiar.

Em Diorama-Go realizou-se outra reunião do colegiado territorial, no dia 17 de abril de 2015, na sede da Agrotec. Desta vez, a divisão de trabalho foi adotada como estratégia de ação. Formaram-se dois grupos com objetivos diferentes: 1º) Responsável pela Estrutura e Logística do Evento; 2º) Responsável pela Feira.

Segundo Pierre e Valente (2015), as feiras livres são canais de comercialização de produtos da agricultura familiar que raramente recebem apoio de políticas públicas específicas ou são objetos de programas de desenvolvimento rural. Quando presentes, os programas estão marcados por um forte caráter produtivista, deixando em segundo plano a análise das categorias sociológicas envolvidas na atividade. Não obstante, sustentam que a feira livre, considerada na sua dimensão sociocultural, é um local privilegiado para a ação pública e comunitária, ao congregar uma grande quantidade e variedade de pessoas em um evento periódico.

Sustentamos que o foco dos programas e ações para o fomento da comercialização deverá ser a ativação do seguinte circuito: Estímulo à comercialização direta dos produtos da agricultura familiar em feiras livres > Minimização da participação de

intermediários na cadeia produtiva > Aumento da renda das famílias > Fortalecimento de laços de cooperação e solidariedade entre produtores rurais (PIERRE e VALENTE, 2015: 16)

O argumento fundamental das referidas autoras é que os circuitos curtos de produção e consumo são importantes para a dinamização da economia local, para a geração de trabalho e renda no campo, além de oferta de alimentos saudáveis para populações urbanas. Portanto, “a feira é um local onde a organização e participação social poderão ser estimuladas, além da disseminação de informações, intercâmbio e apoio técnico para as comunidades, visando melhoria dos processos produtivos, organizacionais e de gestão”. (Op. cit.: 16)

A questão de se realizar um evento com feira também foi debatido na Plenária Territorial do Médio Araguaia, que ocorreu no dia 29 de maio de 2015 na Câmara Municipal de Iporá-Go. No geral, o debate se concentrou em aspectos referentes a inspeção e legislação. Portanto, acredita-se que estes ainda são os principais entraves a comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar em feiras e que, por isso mesmo, precisam ser melhor discutidos.

Na pauta da Plenária ainda estava previsto uma palestra dos professores Eduardo Rodrigues e Paulo Alexandre Salviano, do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá, intitulada “Diagnóstico da realidade rural de municípios do Médio Araguaia”. Depois foram feitos alguns informes e encaminhamentos sobre o II Encontro de Cooperativas, Associações, Ribeirinhos e Vazanteiros, avaliação dos três (3) Centros de Comercialização do Território (Piranhas, Iporá e Jussara), Rearticulação da rede estadual dos colegiados territoriais, proposta de construção de calendário de atividades do Território e a questão do veículo do Território que a Regional da Emater devolveu para Goiânia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que o colegiado do Território Rural Médio Araguaia tem cumprido um papel importante na construção da abordagem territorial. Mas, ainda é muito cedo para tecer qualquer tipo de conclusão. Mesmo assim, foi possível perceber que em decorrência de estruturas burocratizadas acabaram dependentes das prefeituras e dominados pelos setores

técnicos. A participação efetiva é o grande desafio. Superar esses entraves tem que ser a prioridade para se garantir a emancipação do trabalhador rural e, em última instância, garantir a gestão social. Assim, espera-se que esta pesquisa venha reforçar os estudos sobre este novo paradigma e, sobretudo, que contribua para o desenvolvimento que torna a sociedade mais justa e solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Ananda. *Possibilidades e limites do Programa Territórios da Cidadania a partir da sua realização no território região central e no município de Santa Maria/RS*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de concentração Produção do Espaço e Dinâmica Regional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2012.

COCCO, Giuseppe. Cidades e Territórios na “Terceira Itália”: conflitos sociais, políticas públicas e novo empresariado. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPPUR, ano X, n.1, p.37-48, 1996.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sérgio Pereira. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, n°. 2, 2011, pp. 431 a 473.

DELGADO, Nelson Giordano; BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira. *Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais*. Rio de Janeiro: Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ, 2007.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. In: FAVARETO, A. et al. *Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil. Avanços e Desafios*. Brasília: IICA, 2010.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo. Cultrix, 1995

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Um Novo Brasil Rural*. Publicação Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA, 2010.

OESTE GOIANO. “Médio Araguaia convoca plenária para esta quinta-feira”. Notícia publicada em 18/12/2014. Disponível em: <<http://www.oestegoiano.com.br/noticias/gestao-publica/medio-araguaia-convoca-plenaria-para-esta-quinta-feira>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

PIERRI, Maria Clara Queiroz Maurício; VALENTE, Ana Lucia E. F. *A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar*. Brasília: DF, s.d. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2015.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIQUEIRA, Marcello Rodrigues. *A dimensão política do desenvolvimento do município brasileiro de Goiás-Go (1937-2001)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED), Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, 2014.

SLEPICKA, Renato. *Relatório de estudo e avaliação sobre inclusão de Caiapônia e Palestina de Goiás no Território Médio Araguaia*. Diorama/GO, 09 de julho de 2009.

VELEVA, V.; ELLENBECKER, M. Indicators of Sustainable Production: Framework and methodology. *Journal of Cleaner Production*, n. 9, p. 519-549, 2001. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science>>. Acesso em: 12 maio 2012.